



A CONTRIBUIÇÃO DA PEDAGOGIA DE MARIA MONTESSORI PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL PARANAENSE

PASCHOAL, Jaqueline Delgado¹-UEL

MORENO, Gilmara Lupion²-UEL

MACHADO, Maria Cristina Gomes³- UEM

BUENO, Taíssa Soares⁴-UEL

Grupo de Trabalho: Educação da infância
Agência Financiadora: não contou com financiamento

Resumo

Esse trabalho teve como objetivo apresentar a contribuição da pedagogia de Montessori para as escolas infantis paranaenses, sobretudo no que diz respeito à organização do trabalho pedagógico do professor. Justifica-se a intenção da pesquisa, uma vez que existe uma lacuna sobre o surgimento dessas instituições, já que poucos estudiosos se debruçaram acerca da temática. Outro fator que justifica a relevância do estudo, diz respeito aos acontecimentos históricos que relatam a opção metodológica da proposta montessoriana da segunda escola infantil criada no estado do Paraná, no ano de 1911. A Metodologia utilizada pautou-se no Método Histórico, haja vista que, por meio desse foi possível conhecer o processo de criação e organização da referida instituição. Para o aprofundamento do referencial teórico e metodológico os locais pesquisados foram: Arquivos do Poder Executivo; Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná; Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. Os resultados a pesquisa revelam que as escolas infantis no Paraná, que adotaram o trabalho de Maria Montessori, mostraram-se como espaços de interação entre as crianças, pois de acordo com essa autora, as crianças são pequenos exploradores do mundo ao seu redor. Assim, ao defender a liberdade de ação nessa interação, Montessori reconheceu a infância como período de grandes descobertas na vida da criança e na originalidade do seu pensamento. Para tanto propôs a educação dos sentidos como elemento importante na ação do professor.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina- UEL. E-mail: jaquinedelgado@uol.com.br

² Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo-USP. Professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina- UEL. E-mail: gilmaralupion@uol.com.br

³ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do departamento de Educação da Universidade Estadual de Maringá- UEM. E-mail: mcgmachado@uem.br

⁴ Discente do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina. Bolsista de Iniciação Científica do PROIC-UEL. E-mail: taissasbueno@hotmail.com

Palavras-Chave: Prática Pedagógica. Montessori. Jardim de Infância. Criança.

Introdução

Este estudo faz parte do projeto de pesquisa, intitulado: “A Organização do trabalho pedagógico das escolas primárias e jardins de infância paranaenses na segunda metade do Império e início da República - A História como ponto de partida”, da Universidade Estadual de Londrina e, teve como objetivo demonstrar a contribuição da proposta montessoriana de trabalho para a organização do trabalho pedagógico dos Jardins de Infância paranaenses no início da República no Brasil.

Justifica-se a importância dessa pesquisa, já que do ponto de vista histórico, esse estado carece de estudos sobre a criação e organização das instituições destinadas à primeira no início do século passado. Outro elemento que justifica o presente estudo diz respeito à inexistência de pesquisas em amplas bases de fontes e com uma crítica dos documentos que referendou interpretações equivocadas produzidas na própria história, de que muitas instituições de educação infantil no Brasil, não teriam se preocupado com questões pedagógicas em sua origem (KUHLMANN, 1998). É importante ressaltar, segundo esse autor, que a história embora tratando do passado, do que já aconteceu, é dinâmica e exige ampla pesquisa e a crítica das fontes que renova interpretações e exige procedimentos próprios de investigações e análise.

Como metodologia, optou-se pela pesquisa bibliográfica, na modalidade: Análise documental, onde tomou-se por base o Método Histórico. Por meio desse, foi possível compreender os aspectos sociais, econômicos e políticos em que atravessava o Estado do Paraná naquele momento histórico.

Como problema de pesquisa, questionou-se: “Qual foi, efetivamente, a contribuição da Pedagogia de Maria Montessori para a implementação dos Jardins de Infância paranaenses que fizeram essa opção metodológica na organização do trabalho pedagógico do professor?”

É importante ressaltar que Montessori (1966) defendeu, enfaticamente, a infância como um período fértil no qual as potencialidades se desenvolvem rapidamente. Para tanto, ressaltou a livre expressão e um ambiente adequado e motivador como fatores fundamentais para despertar a inteligência das crianças, de modo a prepará-las para a vida adulta. Ao considerar que a criança é um pequeno explorador do mundo ao seu redor, ressaltou a liberdade de ação nessa interação, para a qual propôs a educação dos sentidos como elemento

importante no trabalho do professor. Sua proposta de trabalho teve grande aceitação no Brasil, já que priorizou um ambiente rico em estimulações que atendesse as necessidades infantis, conforme discutido a seguir.

Desenvolvimento

Para Montessori (1966) o período da infância é extremamente importante na vida do ser humano, pois é identificando as necessidades e as especificidades desse período que se conhece o homem na sociedade. Por considerar esse momento relevante, devido às inúmeras possibilidades de aprendizagem, teceu duras críticas à forma como a sociedade tratava os pequenos, sobretudo, por não reconhecer suas particularidades.

Essa autora enfatizou que a sociedade não se preocupou, por muitos séculos com a criança, já que a ignorava e a deixava, exclusivamente, sob a responsabilidade da família; esta, por sua vez, oferecia-lhe somente os meios materiais e, muitas vezes, nem isso, exilando-a no mundo do esquecimento. Como consequência dessa indiferença, muitas crianças nasciam e morriam facilmente, sendo este considerado um fenômeno natural pela sociedade.

As crianças eram totalmente esquecidas, sobretudo no que diz respeito aos seus direitos, “[...] Não há lugar para elas nas ruas onde se multiplicam os veículos e os passeios estão atulhados de pessoas apressadas. Os adultos não têm tempo de se ocupar delas porque vivem absorvidos pelas tarefas urgentes” (MONTESSORI, 1966, p. 13). Essa indiferença não acontecia somente no âmbito familiar, mas também em outras instâncias sociais. As observações científicas realizadas nas escolas, por exemplo, demonstraram que, nessas instituições, as crianças estavam sujeitas a diferentes doenças causadas não só pela falta de higiene, mas também pelo trabalho ali desenvolvido.

Desta maneira, um movimento social a favor da infância surgiu e se propagou no sentido de combater as inúmeras agressões cometidas contra as crianças ao longo dos séculos. Somente depois de se conscientizar sobre o número de óbitos entre as crianças, a sociedade passou a se organizar no sentido de cobrar da família e da escola os meios indicados pela ciência em relação aos cuidados com os pequenos.

Apesar de seu trabalho ter se iniciado com crianças deficientes, Montessori (1966) defendia que entre essas e as normais, existiria uma diferenciação de comportamentos e aprendizagens somente no que diz respeito ao ritmo e ao tempo. Entre as deficientes, esses

eventos aconteceriam de maneira mais lenta, enquanto que, entre as normais, esses eventos aconteceriam normalmente; tendo as duas a possibilidade de desenvolvimento e aprendizagem.

Assim, ela elaborou uma “Pedagogia Científica” a partir de sua experiência com crianças pobres, a qual foi desenvolvida no bairro de San Lorenzo, em Roma, e retratada em sua obra “A Criança”, a origem do seu método. Essa proposta baseava-se na necessidade de se ir além do diagnóstico dos problemas educacionais, no qual a idéia era propor uma aprendizagem por meio dos sentidos, respeitando-se, sempre, a individualidade de cada criança e o ritmo do seu desenvolvimento.

De acordo com Angotti (2007), a perspectiva educacional constituída por Montessori (1965) sustenta-se na “Pedagogia Científica”, fundada na educação sensorial.

O ideal de escola nessa pedagogia reside em propiciar e garantir as manifestações espontâneas e da personalidade da criança, de permitir e aflorar do livre desenvolvimento da atividade no ser humano em sua infância. A nova escola montessoriana, portanto, é bastante díspar da proposta implementada na Itália durante o regime fascista. [...] Montessori propõe algo de novo para sua época, mas que se mantém inovador ainda hoje que constitui o método ativo para a preparação racional dos indivíduos à sensações e percepções. É a educação baseada no desenvolvimento dos sentidos, que guarda importante valor pedagógico e científico, já que o desenvolvimento dos sentidos precede o das atividades superiores intelectuais, segundo seus créditos (ANGOTTI, 2007, p. 105).

Por meio da observação, consegui compreender as manifestações das crianças no que diz respeito à concentração, quando essas interagem com os exercícios propostos. É importante ressaltar que a sua formação em medicina contribuiu para que defendesse uma educação voltada para o desenvolvimento humano com ênfase nos aspectos biológicos. O tripé “atividade-individualidade-liberdade” formava a base de seu trabalho e os estímulos externos eram considerados como determinantes para o desenvolvimento infantil.

Desta maneira, afirmava que, independentemente da opção metodológica do professor, a ação educativa deve propiciar as “[...] condições do ambiente que favoreçam a aparição dos caracteres normais que estejam ocultos na criança; para tal fim, basta apenas, afastar os obstáculos” (MONTESSORI, 1966, p. 201). Um ambiente adequado, um bom professor e material científico são os três pontos que podem auxiliar a criança nos momentos de aprendizagem.

Somente um material que despertasse o interesse da criança poderia educá-la e entretê-la. No que diz respeito ao trabalho do professor na sala de aula, o ponto de partida para a

promoção do desenvolvimento das manifestações espontâneas e da personalidade da criança deveria ser a observação e o estudo da mesma, em sua livre ação. Assim, a metodologia utilizada deveria permitir a plena liberdade infantil, já que:

O método de observação há de fundamentar-se sobre uma só base: a liberdade de expressão que permite às crianças revelar-nos suas qualidades e necessidades, que permaneceriam ocultas ou recalcadas num ambiente infenso à atividade espontânea. Enfim, é necessário que, simultaneamente ao observador, coexista também o objeto a observar; e se, por um lado, faz-se mister uma preparação para que o observador possa entrever e recolher a verdade, por outro, urge predispor as condições que tornam possível a manifestação dos caracteres naturais da criança (MONTESSORI, 1965, p. 42).

Em sua pedagogia, o espaço físico e o ambiente são elementos importantes no cotidiano da sala de aula. Para Montessori, o padrão de mobília escolar, por exemplo, deveria corresponder à necessidade da criança de agir de maneira inteligente no espaço. A liberdade deve ter como limite, no entanto, o interesse coletivo. Isso quer dizer que cabe ao professor interferir quando a criança apresentar um comportamento que prejudica o outro. O objetivo, nesse contexto, é disciplinar o comportamento e não imobilizar a criança ou torná-la passiva. O movimento da criança disciplinada torna-se, com o tempo, mais coordenado e perfeito, pois esta aprende a controlar os seus próprios gestos e, por sua vez, “[...] a mestra tirará suas conclusões observando como as crianças substituem seus primeiros movimentos desordenados por movimentos espontâneos disciplinados” (MONTESSORI, 1965, p. 50).

Para Araújo (2007), a liberdade dos alunos deve ser o pivô fundamental da pedagogia científica, pois permite o desenvolvimento das manifestações espontâneas individuais da criança.

O seu labor é feito de atividade, ela cresce com exercício e movimento: a criança exercita-se e move-se fazendo experiências e, assim como coordena os seus movimentos e vai registrando, vindas do mundo exterior, as emoções que plasmam sua inteligência, vai conquistando a linguagem com fadiga, com milagres de atenção e esforços iniciais, que só lhe são possíveis a ela (ARAÚJO, 2007, p. 127).

Na realidade, a finalidade de se possibilitar a livre movimentação, em sala de aula, é conduzir a criança, paulatinamente, rumo à independência necessária em um indivíduo adulto, ou seja, rumo à autonomia. Um dos pilares da metodologia montessoriana é o exercício da escolha, ou seja, o desenvolvimento dessa habilidade permite as crianças o desejo de se tornarem independentes. É importante ressaltar que neste processo elas vão construindo sua

identidade individual. Por isso a importância de um ambiente bem organizado, que ofereça múltiplas oportunidades para que possam optar por uma ou outra atividade.

O ritmo de cada criança deve ser respeitado, no momento desses eventos, uma vez que os prêmios e os castigos devem ser abolidos da sala de aula (MONTESSORI, 1965). Premiar os melhores e punir aqueles que apresentam um comportamento inadequado não ajuda a criança a crescer, pois instiga nela a rebeldia. Na pedagogia montessoriana, a tarefa do professor é a de estruturar a classe de forma a dar significado às experiências da criança, desse modo, o plano de estudo “[...] deve ser desenvolvido por antecipação como uma série de tarefas evolutivas que capacitam a criança quanto antes para o crescimento necessário” (ARAÚJO, 2007, p. 123).

A criação de um ambiente adequado, no entanto, só pode contribuir para o desenvolvimento da criança, se, acima de tudo, for higiênico, já que a saúde influi sobre o coeficiente psíquico da mesma. Portanto, “[...] urge construir um ambiente que comporte as melhores condições de higiene possíveis” (MONTESSORI, 1965, p. 62).

Sendo prioritária uma organização espacial que promova a livre movimentação da criança, a educação dos movimentos se faz necessária no contexto da escola, uma vez que contribui, de maneira eficaz, para o desenvolvimento dos músculos e da personalidade infantil.

Considerando-se a enorme mobilidade infantil, a educação dos sentidos, proposta por Montessori (1965), faz-se necessária no contexto da sala de aula, uma vez que, por meio dela, a criança se desenvolve não só cognitivamente, mas, sobretudo, fisicamente, e adquire novas aprendizagens. Dessa maneira, a educação sensorial precede as atividades intelectuais mais complexas, uma vez que, no período da infância, a inteligência está em plena formação.

O desenvolvimento dos sentidos poderá auxiliar a criança mediante “[...] uma graduação e adaptação dos estímulos”; assim, deve-se “auxiliá-la na formação da linguagem, antes que esta esteja completamente desenvolvida” (MONTESSORI, 1965, p. 98). É importante ressaltar que, a partir dessas orientações teórico-metodológicas, a autora desenvolveu novas técnicas para os Jardins de Infância e para os primeiros anos do ensino formal, com o objetivo de estimular o desenvolvimento intelectual de crianças, em suas diferentes faixas etárias.

Essa nova forma de conceber o desenvolvimento da criança e o modo como essa interage com o mundo que a cerca possibilitou a Montessori (1965) a criação de diferentes

materiais para subsidiarem o seu método. Seu trabalho ficou conhecido tanto na Itália como em outros países e chegou ao Brasil por volta de 1910, expandindo-se nas escolas brasileiras durante as primeiras décadas do novo século.

No Estado do Paraná, segundo Ratcheski (1953), foi por meio do trabalho da professora Joana Falce Scalco, entusiasta do pensamento montessoriano, que seu método foi implantado no segundo Jardim de Infância, no ano de 1911. Essa instituição, diferentemente das outras, optou por essa metodologia para o desenvolvimento do trabalho junto à criança pequena.

Do ponto de vista histórico, o Paraná acompanhou a tendência de outros estados, no que diz respeito à abertura de mais Jardins de Infância, uma vez que a receptividade das famílias, do poder público e da sociedade em geral em relação à inauguração, em 1906, da primeira instituição oficial, repercutiu em reivindicações por novos estabelecimentos. De acordo com o Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública:

[...] a Escola Jardim de Infância continua a prestar relevantes serviços à instrução; e a sua aceitação tem sido tão grande, que se impõe a necessidade de criação de outros estabelecimentos deste gênero em outros pontos da capital e mesmo no estado (PARANÁ, 1908, p. 6).

Por conta dessas reivindicações, três anos após a inauguração da primeira instituição, iniciou-se a construção do segundo estabelecimento, junto ao Grupo Xavier da Silva, na cidade de Curitiba, conforme Relatório apresentado pelo secretário de Obras, Claudino Rogoberto dos Santos.

Foram abertas as propostas apresentadas para a construção de um jardim de infância, à Rua Silva Jardim, contíguo ao Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva. Apresentaram-se três concorrentes, sendo lavrado contrato com os Srs. Germano Strobel & Filho, por ser a proposta mais vantajosa. O contrato foi assinado em 25 do mesmo mês, devendo estar concluído no prazo de três meses e pela importância de rs. 9:700\$000 (PARANÁ, 1910, p. 60).

Apesar das reivindicações por novas instituições acontecerem entre as famílias mais abastadas, havia, também, o clamor para a abertura de novos estabelecimentos voltados para as crianças das classes menos favorecidas, já que o primeiro Jardim de Infância atendia uma população economicamente privilegiada, por conta da sua localização mais próxima da região central.

Quanto à organização do trabalho pedagógico dessa nova instituição, a professora Joana Falce Scalco implantou a metodologia montessoriana de trabalho. Por conta disso,

Ratacheski (1953) ressalta que esse segundo estabelecimento foi considerado o mais importante desse nível de ensino, justamente por apresentar uma nova perspectiva de trabalho como proposta de ensino na sala de aula. Essa professora foi designada para assumir a direção, pois havia se destacado no curso de professores da Escola Normal e era uma das poucas estudiosas da obra de Maria Montessori.

A professora Joana Falce Scalco, muito jovem ainda, trazendo na alma o desejo incoercível da juventude, que sempre se inclina pelas inovações, mesmo revolucionárias como a de Montessori, empolgou-se com o movimento, levando para o “Emilia Ericksen” todo o seu idealismo e juventude, consagrados ao novo método. Por isso esse jardim é o marco de uma nova era no ensino paranaense (RATACHESKI, 1953, p. 37).

Pelas afirmações de Ratacheski, percebe-se que a inauguração desse Jardim de Infância destacou-se por implantar essa metodologia, cuja proposta de trabalho priorizava a educação do movimento livre, a auto-atividade, a autodisciplina, materiais didáticos e mobiliário adequado ao tamanho da criança; “[...] após sete anos de educação infantil voltada à proposta educacional de Froebel, tomou-se conhecimento de um outro método: o método montessoriano. Este, diferentemente do primeiro, não aceitava o jogo ou o lúdico como possibilidade de conhecimento” (LARA, 2006, p. 217).

Enquanto, nessa nova proposta de ensino, o brincar não era considerado relevante para o desenvolvimento das potencialidades infantis, por outro lado, caberia à professora criar um ambiente de oportunidades para que as crianças se concentrassem de modo a garantir a calma e a atitude tranqüila. Por esse motivo, na organização do trabalho pedagógico, essa instituição priorizou a educação dos sentidos, a partir dos seguintes pressupostos: organização do conjunto de materiais para o estímulo dessa educação sensorial; educação dos movimentos; formação da mente matemática; e alfabetização, segundo a perspectiva montessoriana de trabalho.

Para o desenvolvimento das atividades em sala de aula, os materiais sugeridos por Montessori (1965) são, dentre outros: Tábua de Séguin; Torre Rosa; Encaixes Sólidos; Letras de Lixa; Material Dourado; Material de Vida Prática; Caixa de Fusos; Barras Vermelhas e Azuis; Caixa de Numeração e Blocos Lógicos. O material sensorial é construído por uma série de objetos agrupados, segundo uma determinada qualidade dos corpos, tais como “[...] cor, forma, dimensão, som, grau de aspereza, peso, temperatura; assim como os sininhos que dão os tons musicais” (MONTESSORI, 1965, p. 103).

Assim, a educação dos sentidos constituiu a base do ensino nesse estabelecimento, haja vista que a educação sensorial permite descobrir e corrigir certos defeitos que passam despercebidos em muitas escolas.

Considerações finais

É importante ressaltar que no Jardim de infância em questão, a criança era considerada o centro de todo o processo. No que diz respeito à organização do espaço essa instituição trabalhava seu ambiente de modo a acolher, sem impedimentos, a atividade espontânea da criança, possibilitando seu desenvolvimento. Os princípios norteadores tinham como base a liberdade, a atividade, a independência e a individualidade infantil. Sobre essa última questão, o ritmo de cada criança era respeitado, já que cada um apresentava interesses e necessidades próprias. O trabalho da professora consistia na observação individual das crianças, sobretudo de suas manifestações. Desse modo, seria possível conhecê-las e aprender mais sobre o seu desenvolvimento.

Montessori (1965) ressaltou a importância da formação do professor, para que este pudesse ter condições necessárias para conhecer cada criança e suas especificidades, uma vez que é ele quem possibilita à mesma a definição de seus próprios passos e de suas escolhas, de acordo com o seu interesse natural. Assim, cabia ao professor a preparação do ambiente e a apresentação dos materiais, de modo a permitir à criança a livre movimentação e a liberdade de escolha dentro de cada atividade proposta; daí a importância do seu conhecimento acerca da criança por meio da observação de seus interesses e necessidades.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, Maristela. Maria Montessori: uma mulher que ousou viver transgressões. In: FORMOSINHO; KISHIMOTO; PINAZZA (orgs). **Pedagogia (s) da Infância**: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 95-113.

ARAÚJO, Joaquim M. de; ARAÚJO; Albert F. Maria Montessori: infância, educação e paz. In: FORMOSINHO; KISHIMOTO; PINAZZA (orgs). **Pedagogia (s) da Infância**: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007. p.116-144.

KUHLMANN JR., Moisés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LARA, Ângela M. de B. Apontamentos históricos sobre a educação infantil no Estado do Paraná: 1904-1940. In: SCHELBAUER, Anaete Regina; LOMBARDI, José Claudinei; MACHADO, Maria Cristina G. (orgs). **Educação em debate**: perspectiva, abordagens e

historiografia. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 211-239. (Coleção Memória da Educação)

MONTESSORI, Maria. **Pedagogia Científica**: a descoberta da criança. Trad. de Aury Azélio Brunetti. São Paulo: Flamboyant, 1965.

_____. **A Criança**. Trad. de Adília Ribeiro. 4. ed. Lisboa: Portugalia, 1966.

PARANÁ. **Relatório de Laurentino de Azambuja**, Delegado Fiscal da 1º Circunscrição Escolar ao Sr. Dr. Arthur Pedreira de Cerqueira, Diretor Geral da Instrução Pública, no ano de 1908. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1908.

_____. **Decreto nº 600**, de 28 de dezembro de 1910. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1910.

RATACHESKI, Alir. **Cem anos de ensino no Paraná**. Câmara de Expansão Econômica do Paraná. 1º Centenário da Emancipação Política do Paraná, 1853-1953. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1953, p. 29-50.